

PROGRAMA DIREITO DAS OBRIGAÇÕES I
REGENTE: PROF.DOUTOR JOSÉ ALBERTO VIEIRA

ANO LECTIVO 2019-2020

INTRODUÇÃO

1. A origem. A *actio in personam* do Direito romano
2. A sistematização germânica do Direito Civil e o movimento codificador na Europa
3. O sistema normativo português do Direito das Obrigações. Do Código de Seabra ao Código Civil de 1966
4. Direito das Obrigações como ramo de Direito
5. Direito das Obrigações como ramo de Direito Civil

§ 1

A PARTE GERAL

CAPÍTULO I

CONCEITO E ESTRUTURA DA OBRIGAÇÃO

6. O problema
7. As teorias personalistas
8. As teorias realistas
9. As teorias mistas
10. Posição adoptada
11. Direitos de crédito e outros direitos patrimoniais. Em especial os direitos reais
12. A estrutura obrigacional complexa

CAPÍTULO II

O OBJECTO DA OBRIGAÇÃO: A PRESTAÇÃO

SECÇÃO I

A PRESTAÇÃO

13. O conceito de prestação
14. As características da prestação

- 14.1. A relatividade
- 14.2. A colaboração devida
- 14.3. A patrimonialidade
- 14.4. A autonomia
- 15. Os requisitos legais da prestação
 - 15.1. Possibilidade
 - 15.2. Licidade
 - 15.3. Determinabilidade

SECÇÃO II

CLASSIFICAÇÕES DE PRESTAÇÃO

- 16. Classificações de prestação e modalidades de obrigações
- 17. Enunciado geral
- 18. Prestações de coisa e prestações de facto
- 19. Prestações fungíveis e prestações infungíveis
- 20. Prestações instantâneas e prestações duradouras
- 21. Prestações de resultado e prestações de meios
- 22. Prestações indeterminadas
 - 22.1. Prestações genéricas
 - 22.2. Prestações alternativas
 - 22.3. Prestações com faculdade alternativa
- 23. Prestações pecuniárias
 - 23.1. Prestações de quantidade
 - 23.2. Prestações em moeda específica
 - 23.4. Prestações em moeda estrangeira
- 24. Prestações de juros
- 25. Prestação principal, prestação secundária e prestação acessória

SECÇÃO III

PRESTAÇÕES COM PLURALIDADE DE OBRIGADOS E DE CREDITORES

SUBSECÇÃO I

A CONJUNÇÃO

- 26. Conjunção. Significado
- 27. A conjunção como o regime regra
- 28. Prestação com pluralidade de devedores conjuntos
- 29. Prestação com pluralidade de credores conjunto
- 30. Prestação com pluralidade de devedores e credores conjuntos

SUBSECÇÃO II
A SOLIDARIEDADE

- 31. Solidariedade. Significado
- 32. O carácter supletivo da solidariedade
- 33. Prestação com pluralidade de devedores solidários
- 34. Prestação com pluralidade de credores solidários
- 35. Prestação com pluralidade de credores e devedores solidários

SECÇÃO IV
PRESTAÇÃO A CREDOR INDETERMINADO

- 36. Prestação a sujeito activo indeterminado

CAPÍTULO III
OS PRINCÍPIOS DO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

- 37. O princípio da autonomia privada. A concretização específica da liberdade contratual
- 38. O princípio do ressarcimento dos danos
- 39. O princípio da boa fé
- 40. O princípio da restituição do enriquecimento injustificado
- 41. O princípio da responsabilidade patrimonial

§ 2
A CONSTITUIÇÃO DAS OBRIGAÇÕES

- 42. As fontes das obrigações. Critérios de classificação

CAPÍTULO IV
O NEGÓCIO JURÍDICO UNILATERAL

- 43. O problema da vinculação obrigacional por negócio jurídico unilateral
- 44. Promessa de cumprimento e reconhecimento de dívida
- 45. Promessa pública
- 46. Concurso público

CAPÍTULO V
O CONTRATO
SECÇÃO I
GENERALIDADES

- 47. Noção de contrato
- 48. Formação do contrato. Contratos entre presentes e contratos entre ausentes
- 49. Classificações de contratos
 - 49.1. Classificação de contratos quanto aos efeitos. Contratos obrigacionais e reais
 - 49.2. Contratos sinalagmáticos e não sinalagmáticos
 - 49.3. Contratos gratuitos e onerosos
 - 49.4. Contratos comutativos e aleatórios
 - 49.5. Contratos nominados e inominados, típicos e atípicos
- 50. Contratos mistos. O problema do regime jurídico
- 51. Contratos atípicos *strictu sensu*. O seu regime jurídico
- 52. União de contratos
- 53. Contratos com eficácia externa e contratos com eficácia de protecção de terceiros

SECÇÃO II
CONTRATOS PRELIMINARES

- 54. Contratos preliminares. Ideia geral
- 55. Contratos preliminares e contratação mitigada

SUBSECÇÃO I
O CONTRATO-PROMESSA

- 56. Noção geral
- 57. Contrato-promessa monovinculante e bivinculante
- 58. O princípio da equiparação
- 59. Forma e formalidades na celebração do contrato-promessa
- 60. Constituição de sinal
 - 60.1. Noção de sinal. Sinal e antecipação de cumprimento
 - 60.2. Funções do sinal
- 61. Incumprimento do contrato-promessa. A execução específica e a perda do sinal

- 62. Direito de retenção do promitente que beneficiou da tradição da coisa
- 63. Contrato-promessa com eficácia real. Requisitos de forma e publicidade. Confronto com a promessa meramente obrigacional

SUBSECÇÃO II
PACTO DE PREFERÊNCIA

- 64. Noção geral
- 65. Forma do pacto de preferência
- 66. Obrigação de preferência
- 67. Preferência convencional e preferência real. Preferência legal e pacto de preferência com eficácia real
- 68. Incumprimento da obrigação de preferência
- 69. A acção de preferência

SECÇÃO III
CONTRATO A FAVOR DE TERCEIRO E PARA PESSOA A NOMEAR

SUBSECÇÃO I
O CONTRATO A FAVOR DE TERCEIRO

- 70. Noção
- 71. A estrutura específica do contrato a favor de terceiro
- 72. Regime geral
- 73. Regimes especiais

SUBSECÇÃO II
O CONTRATO PARA PESSOA A NOMEAR

- 74. Noção
- 75. Regime jurídico

CAPÍTULO VI
A RESPONSABILIDADE CIVIL

- 76. As fontes da responsabilidade civil
- 77. Sistema legal da responsabilidade civil

SECÇÃO I
RESPONSABILIDADE POR FACTO ILÍCITO DELITUAL

78. Pressupostos gerais da responsabilidade civil

79. O facto

79.1. A acção

79.2. A omissão

80. A ilicitude

80.1. Noção

80.2. Tipos de ilícito

80.3. Causas de justificação da ilicitude

81. A culpa

81.1. Conceito

81.2. Imputabilidade

81.3. Modalidades de culpa

81.3.1. Negligência

81.3.2. Dolo

81.4. Critérios legais de apreciação e graduação da culpa

81.5. Causas de exclusão da culpa

81.6. Concurso de facto culposo com facto devido a força maior e com facto do próprio

lesado

82. O Dano

82.1. Noção

82.2. Classificações do dano

82.2.1. Danos patrimoniais e não patrimoniais

82.2.2. Danos emergentes e lucros cessantes

82.2.3.. Danos presentes e danos futuros

82.3. O problema do dano biológico. Dano patrimonial ou não patrimonial?

82.4. O dano da perda da vida

83. O nexo de causalidade

83.1. Noção

83.2. Teorias da causalidade. Posição adoptada

83.3. A relevância da causalidade virtual

SECÇÃO II
RESPONSABILIDADE PELO RISCO

- 84. A imputação de danos pelo risco
- 85. Tipos legais de imputação de danos pelo risco
- 86. A responsabilidade civil do comitente
 - 86.1. A relação de comissão. Requisitos legais
 - 86.2. Limites da imputação de danos ao comitente
 - 86.3. O direito de regresso do comitente
- 87. A responsabilidade civil do Estado e de outras pessoas colectivas públicas
- 88. Imputação por danos causados por animais
- 89. Imputação por danos causados por veículos
 - 89.1. Responsabilidade delitual e responsabilidade pelo risco
 - 89.2. Pressupostos da responsabilidade pelo risco
 - 89.3. Casos de exclusão da responsabilidade
 - 89.4. Limites da responsabilidade pelo risco
 - 89.5. Concorrência entre facto culposo e risco
 - 89.6. Colisão de veículos
 - 89.7. Pluralidade de responsáveis
 - 89.8. A transferência da responsabilidade civil para seguradora no âmbito do seguro automóvel
- 90. Imputação de danos causados por instalação de gás ou eléctrica
- 91. Imputação de danos ao produtor. Breve referência ao regime jurídico respectivo

SECÇÃO III
RESPONSABILIDADE POR FACTO LÍCITO OU PELO SACRIFÍCIO

- 92. A responsabilidade civil por factos lícitos ou pelo sacrifício

SECÇÃO IV
A OBRIGAÇÃO DE INDEMNIZAÇÃO

- 93. Titularidade do direito de indemnização
- 94. O princípio da reconstituição natural
- 95. O carácter supletivo da indemnização em dinheiro
- 96. Cálculo da indemnização
- 97. Indemnização por valor inferior ao dano

CAPÍTULO VII

ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA

- 98. Configuração dogmática do enriquecimento sem causa
- 99. Modalidades de enriquecimento sem causa
 - 99.1. O enriquecimento por prestação
 - 99.2. O enriquecimento por intervenção
 - 99.3. O enriquecimento decorrente de despesas efectuadas por outrem
 - 99.4. O enriquecimento por desconsideração do património
- 100. Pressupostos genéricos do enriquecimento sem causa
- 101. A obrigação de restituição por enriquecimento sem causa
 - 101.1. Objecto da obrigação de restituição
 - 101.2. Agravamento da obrigação de restituir
 - 101.3. Transmissão da obrigação de restituir
 - 101.4. Prescrição do direito de restituição

CAPÍTULO VIII

GESTÃO DE NEGÓCIOS

- 102. Conceito e função da gestão de negócios
- 103. Pressupostos legais da figura
- 104. Deveres do gestor para com o dono do negócio
- 105. Deveres do dono do negócio para com o gestor
- 106. Aprovação da gestão, não aprovação e responsabilidade civil do gestor
- 107. Posição do dono de negócio perante terceiros
- 108. Gestão imprópria de negócios e gestão de negócio alheio julgado próprio

BIBLIOGRAFIA DE APOIO:

CORDEIRO, António Menezes – *Tratado de Direito Civil*, vol. VI, 2.^a ed., 2012; vol. VII, 2018; vol. VIII, 2017.

LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes – *Direito das Obrigações*, vol. I, *Introdução. Da constituição das obrigações*, 15.^a ed., Coimbra, Almedina, 2018.

MARTINEZ, Pedro Romano – *Direito das Obrigações. Apontamentos*, 2.^a edição, AAFDL, Lisboa, 2004

SANTOS JÚNIOR, Eduardo – *Direito das Obrigações I. Sinopse explicativa e ilustrativa*, 3.^a ed., Lisboa, AAFDL, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COSTA, Mário Júlio de Almeida – *Direito das Obrigações*, 12.^a edição, Almedina, Coimbra, 2009;

FARIA, Jorge Ribeiro de – *Direito das Obrigações*, 2 Volumes, Almedina, Coimbra, 1987;

JORGE, Fernando Pessoa – *Direito das Obrigações*, Volumes 1 e 2, AAFDL, Lisboa, 1975/76;

LIMA, Fernando Andrade Pires de, e João de Matos Antunes Varela - *Código Civil anotado*, Coimbra,

TELLES, Inocêncio Galvão – *Manual dos Contratos em Geral*, 4.^a edição, Coimbra Editora, Coimbra, 2002;

- *Direito das Obrigações*, 7.^a edição, Coimbra Editora, Coimbra, 1997;

VARELA, João Antunes – *Das Obrigações em Geral*, Volume I, 10.^a edição e Volume II, 7.^a edição, Almedina, Coimbra, 2003 e 1999.